

Caminhos e Descaminhos da Administração Pública no Brasil - Vol. 2

Rudy de Barros Ahrens
(Organizador)



Rudy de Barros Ahrens
(Organizador)

**CAMINHOS E DESCAMINHOS DA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA NO BRASIL 2**

Atena Editora
2017

2017 by Rudy de Barros Ahrens

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Edição de Arte e Capa: Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto (UFPEL)

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho (UnB)

Prof. Dr. Carlos Javier Mosquera Suárez (UDISTRITAL/Bogotá-Colombia)

Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior (UEPG)

Prof. Dr. Gilmei Francisco Fleck (UNIOESTE)

Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza (UEPA)

Prof. Dr. Takeshy Tachizawa (FACCAMP)

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior (UFAL)

Profª Drª Adriana Regina Redivo (UNEMAT)

Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall'Acqua (UNIR)

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson (UTFPR)

Profª Drª Ivone Goulart Lopes (Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatric)

Profª Drª Lina Maria Gonçalves (UFT)

Profª Drª Vanessa Bordin Viera (IFAP)

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

C183

Caminhos e descaminhos da administração pública no Brasil 2 /
Organizador Rudy de Barros Ahrens. – Ponta Grossa (PR):
Atena, 2017.

427 p. : 3.440 kbytes – (Administração Pública; v. 2)

Formato: PDF

ISBN 978-85-93243-41-7

DOI 10.22533/at.ed.4172609

Inclui bibliografia.

1. Administração pública - Brasil. I. Ahrens, Rudy de Barros.
II.Série.

CDD-351.81

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

2017

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Atena Editora

www.atenaeditora.com.br

E-mail: contato@atenaeditora.com.br

Apresentação

A Administração Pública no Brasil caracteriza-se pelas circunstâncias de sua atuação, em um contexto mediado pelo poder e pela ação das empresas privadas e das organizações no âmbito da sociedade civil.

Esta mediação vem estimulando, nos últimos anos, os pesquisadores com o intuito da busca por melhorias ao estado, baseando-se na ideologia e crença de que é possível fazer a Gestão Pública acontecer.

O mencionado *ebook* reúne artigos científicos fruto de trabalhos e pesquisas realizadas na área de Administração com ênfase na Gestão Pública. Contando com 50 artigos, este foi dividido em 2 volumes, sendo no Volume 1 as subáreas de a) Finanças, Controladoria e Auditoria Pública; b) Educação Pública; c) Inovação Pública; d) Sustentabilidade Pública e e) Gestão de Pessoas e no Volume 2 com as subáreas de a) Planejamento e Gestão Pública; b) Políticas Públicas; e c) Compras e Licitações Públicas.

Os artigos a seguir foram desenvolvidos com o intuito de apresentar ao leitor experiências, conhecimento e informação, desejo assim uma boa leitura.

Rudy de Barros Ahrens

Sumário

Apresentação.....03

Eixo 1 Planejamento e Gestão Básica

Capítulo I

AVALIAÇÃO DA GESTÃO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA: UMA ANÁLISE NA PERSPECTIVA DE GESTORES PÚBLICOS

Dartagnan Ferreira de Macêdo, João Antônio da Rocha Ataíde e Antonio Carlos Silva Costa.....08

Capítulo II

ANÁLISE DE RESULTADOS OBTIDOS NA GESTÃO: POSSIBILIDADES DE INOVAÇÃO EM UMA UNIDADE DE ENSINO

Márcio de Souza Costa, Maria Conceição Melo Silva Luft, Alana Fonseca Oliveira, Maria Verônica Barbosa dos Santos, Rosimere Gomes de Sá e Valdenice Araújo Santos Lima.....23

Capítulo III

CARACTERIZAÇÃO DA LITERATURA SOBRE CONTROLE SOCIAL: UM OLHAR SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES CIENTÍFICAS DA ÁREA DE PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL / DEMOGRAFIA

Fernanda Rodrigues da Silva, Airton Cardoso Cançado e Waldecy Rodrigues.....39

Capítulo IV

CONTRIBUIÇÕES DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO DO ENSINO SUPERIOR: O CASO DA UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ

Hilda Alberton de Carvalho, Oséias Santos de Oliveira e Isaura Alberton de Lima.....55

Capítulo V

DISCUTINDO O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO NAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS: O CASO DE UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE ENSINO SUPERIOR

Cleber Roberto Souza, Leonardo Pinheiro Deboçã e Patricia Rosvadoski da Silva.....71

Capítulo VI

ESCOLA PÚBLICA DE ENSINO EM TEMPO INTEGRAL: ESTUDO DE CASO SOBRE O GRAU DE SINERGIA NO PROCESSO DE GESTÃO

Carlos André Barbosa de Jesus, José Moreira da Silva Neto, Maria Odete da Silva e Osmar Siena.....87

Capítulo VII

ESTRATÉGIAS COMUNICATIVAS EM PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Luciano Santos Magalhães e Mariluce Paes de Souza.....104

Capítulo VIII

INDICADORES DE QUALIDADE E A PRODUTIVIDADE EM PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

Natália Talita Araújo Nascimento, Marlene Valério dos Santos Arenas, Paulo Adriano da Silva e Ítalo de Paula Casemiro.....122

Capítulo IX

INSTRUMENTOS DE GESTÃO E PUBLICIDADE: ANÁLISE DA DISPONIBILIDADE DE DADOS DE UM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PARA EFETIVO CONTROLE POR PARTE DE SEUS STAKEHOLDERS

Kamila Morandim Maidana e Thaisa Pase Machado.....138

Capítulo X

RELATO TÉCNICO: O IMPACTO DA IMPLANTAÇÃO DO MÓDULO DE FATURAMENTO DE UM ERP NA GESTÃO DE PROCESSOS VINCULADOS COM A HOTELARIA DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO NO ESTADO DE ALAGOAS

Kleber José dos Santos, Julio Marcel dos Santos e Bruno Moraes Silva.....154

Capítulo XI

AS TECNOLOGIAS DE GESTÃO APLICADAS NO SETOR PÚBLICO: UM ENSAIO TEÓRICO SOBRE DIAGNÓSTICO ORGANIZACIONAL E GESTÃO DE COMPETÊNCIAS DE COMPETÊNCIAS

Camila Soléra dos Santos, Marcelo Ribeiro Silva e José Carlos de Jesus Lopes.....167

Eixo 2 Políticas Públicas

Capítulo XII

ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO DE CAPACITAÇÃO DE UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR À LUZ DA POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL

Joyce Frade Machado, Geraldino Carneiro de Araújo, Danielle Bertolino de Macedo Verão e Maira Sônia Camacho.....179

Capítulo XIII

DESENHO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: PERSPECTIVAS PARA UMA CONFIGURAÇÃO MAIS DEMOCRÁTICA

João André Nascimento Ribas.....195

Capítulo XIV

ENTRAVES À INSERÇÃO DO AGRICULTOR FAMILIAR NO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) POR MEIO DO MERCADO INSTITUCIONAL LOCAL
Jamila El Tugoz, Loreni Teresinha Brandalise e Edison Luiz Leismann.....210

Capítulo XV

INSTRUMENTOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES/RO
Rita Cristina Fernandes Marena, Mariluce Paes de Souza, Janilene Vasconcelos de Melo e Theophilo Alves de Souza Filho.....226

Capítulo XVI

O COMBATE A CRIMINALIDADE EM DOURADOS/MS ATRAVÉS DA COOPERAÇÃO ENTRE A SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS E A POLÍCIA MILITAR
Fernando Cezar Lisik Galvão e Eduardo Garcia da Costa Marques.....244

Capítulo XVII

O ESTADO E A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA
Cleide Vasconcelos Dantas, Dayana Alves Ferreira, Cláudio Zancan e Thiago Maia Macedo Nogueira.....260

Capítulo XVIII

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR: ANÁLISE QUANTITATIVA DA UFGD NO CENÁRIO BRASILEIRO DO PERÍODO DE 2005 A 2015
Sandra Fernandes, Fernando Cezar Lisik Galvão, Danielle Krummenacher de Medeiros Lachi e Paulo Sergio Vasconcelos.....276

Capítulo XIX

POLÍTICAS PÚBLICAS E PROGRAMAS DE ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: UM ESTUDO SOBRE O FINANCIAMENTO ESTUDANTIL (FIES)
Donizetti Calheiros Marques Barbosa Neto, Diego da Guia Santos, Luciana Peixoto Santa Rita, Maria Beatriz Oliveira da Silva e Andrew Beheregarai Finger.....292

Capítulo XX

PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA EM ANÁLISE DE REDES SOCIAIS (ARS) NO PERÍODO 2004 - 2014: UM LEVANTAMENTO DO CAMPO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Donizetti Calheiros Marques Barbosa Neto, Diego da Guia Santos, Claudio Zancan e Maria Cristina Simões Barbosa.....307

Capítulo XXI

REGULAÇÃO EM SAÚDE: CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE A INTERFERÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO NA GARANTIA DO DIREITO DE ACESSO AOS SERVIÇOS
Carla Werle e Thaisa Pase Machado.....322

Capítulo XXII

A FUNÇÃO SOCIAL E EDUCATIVA DO CRAS NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS E DO CREAS SOB O ÍNDICE DE JOVENS INFRATORES ENTRE OS PERÍODOS DE 2015 A 2016 NO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ-SC

Aline Perussolo, Micheline Ramos de Oliveira e Marco Antonio Harms Dias.....336

Eixo 3 Compras e Licitações Públicas

Capítulo XXIII

COMPRAS PÚBLICAS ELETRÔNICAS COMO ESTRATÉGIA DE GESTÃO: ESTUDO DE CASO NA INFRAERO

Andréa Cecília Soares Rosset, Diego da Guia Santos, Dartagnan Ferreira de Macêdo e Andrew Beheregarai Finger.....350

Capítulo XXIV

COMPRAS PÚBLICAS INTELIGENTES: UMA PROPOSTA PARA A MELHORIA DA GESTÃO DAS COMPRAS GOVERNAMENTAIS

Antônio Carlos Paim Terra e Eliseu Vieira Machado Jr.369

Capítulo XXV

DESEMPENHO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS NAS LICITAÇÕES PRATICADAS PELO PODER EXECUTIVO DO DISTRITO FEDERAL

Alan Carlos Cavalcante da Silva, Eliane Moreira Sá de Souza, Alethéia Ferreira da Cruz e Simone Portella Teixeira de Mello.....385

Capítulo XXVI

PLANEJAMENTO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO: UM ENSAIO TEÓRICO

Anahí Delgado, Camila Soléra dos Santos, Pedro Henrique Sant'anna Rissato e José Carlos de Jesus Lopes402

Sobre o organizador.....413

Sobre os autores.....414

CAPÍTULO XIV

ENTRAVES À INSERÇÃO DO AGRICULTOR FAMILIAR NO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) POR MEIO DO MERCADO INSTITUCIONAL LOCAL

**Jamila El Tugoz
Loreni Teresinha Brandalise
Edison Luiz Leismann**

ENTRAVES À INSERÇÃO DO AGRICULTOR FAMILIAR NO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) POR MEIO DO MERCADO INSTITUCIONAL LOCAL

Jamila El Tugoz

Universidade Paranaense – Unipar

Toledo – Paraná

Loreni Teresinha Brandalise

Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste

Cascavel - Paraná

Edison Luiz Leismann

Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste

Cascavel – Paraná

RESUMO: O Brasil tem desenvolvido políticas de Estado voltadas à busca do crescimento e qualificação da agricultura familiar, dentre elas, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o qual ainda enfrenta diversos desafios. Neste contexto, este artigo teve o objetivo de analisar os entraves à inserção do agricultor familiar no PNAE, por meio do acesso ao mercado institucional em nível local. Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório, junto a representantes de seis cooperativas de agricultores familiares, responsáveis pelo fornecimento de produtos da merenda escolar às instituições de ensino estaduais pertencentes ao Núcleo Regional de Educação de Toledo. Apresentou-se uma análise qualitativa e quantitativa, que permitiu avaliar a efetividade das cooperativas no desenvolvimento da agricultura familiar local. O estudo evidenciou a necessidade de garantir ao agricultor a regionalização de preços no PNAE para motivar sua participação no programa, tanto pela produção tradicional de alimentos, quanto pela produção orgânica. De maneira geral, conclui-se ser imprescindível a continuidade e ampliação do PNAE, no entanto, faz-se necessário que as questões que norteiam a negociação entre Governo e agricultor sejam discutidas e reavaliadas, buscando medidas que possibilitem progredir para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar local.

PALAVRAS-CHAVE: PNAE, agricultura familiar, desenvolvimento sustentável.

1. INTRODUÇÃO

A Organização das Nações Unidas (ONU, 2013) destacou a importância das políticas públicas voltadas à agricultura familiar, e, em suas publicações, evidenciaram o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) como “uma das maiores iniciativas de compra institucional de alimentos do mundo”, pois garante renda aos agricultores familiares, sendo visto como modelo de programa a ser seguido por países em desenvolvimento.

Ressalta-se que o PNAE abriu um novo mercado de comercialização para os produtos da agricultura familiar, uma vez que em seu teor determina que no mínimo 30% dos recursos financeiros do programa sejam destinados à aquisição

de alimentos advindos da agricultura familiar local.

Além disso, destaca-se a importância do Programa no desenvolvimento e promoção da sustentabilidade, pois estimula a produção de alimentos orgânicos, visto que há um acréscimo de 30% no preço pago a um produto convencional.

A partir disso, a questão que orientou este estudo foi: Quais são os entraves à execução de forma eficaz na inserção do agricultor familiar (AF) do programa nacional de alimentação escolar (PNAE) por meio do acesso ao mercado institucional em nível local?

Para responder esta questão, este artigo tem como objetivo analisar os entraves à inserção do agricultor familiar (AF) no programa nacional de alimentação escolar (PNAE) por meio do acesso ao mercado institucional em nível local.

Este estudo se justifica considerando o reconhecimento do valor da agricultura familiar no Cenário Mundial com destaque para a participação no combate à fome e a pobreza, tanto que a ONU decretou o ano de 2014 como sendo o 'Ano Internacional da Agricultura Familiar (AIAF)'. Salomón Salcedo, oficial de políticas da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), defende que incentivar a agricultura familiar contribui para a redução de pobreza e incentiva a permanência de agricultores no seu meio, assim como, aumenta a segurança nacional do país, uma vez que são os produtores familiares responsáveis pela produção de maior parte da alimentação básica.

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o setor teve um crescimento de 52% em apenas dez anos, representando 33% do Produto Interno Bruto (PIB) agropecuário e 74% da mão de obra empregada no campo e representando 84% dos estabelecimentos rurais do país. Por isso, torna-se tão importante a adoção de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da Agricultura Familiar no Brasil, tanto a nível nacional como regional. Neste sentido, o Paraná se destaca tanto na aquisição de gêneros da agricultura familiar na alimentação escolar, como também prioriza e incentiva o sistema de produção orgânica.

A Agricultura Familiar (AF) aliada a uma produção orgânica tem papel fundamental para a sociedade como um todo, nos mais diversos aspectos, daí a relevância deste tema e da proposta de dimensionar os resultados obtidos por meio do programa nacional de alimentação escolar, que estimula a promoção desta atividade.

O estudo se organiza em seções que apresentam um breve referencial teórico associado às políticas públicas, com enfoque no PNAE, ao desenvolvimento sustentável, a produção orgânica, o cooperativismo agrícola e a agricultura familiar. Na sequência, apresentam-se os procedimentos metodológicos realizados, seguidos da análise dos dados e resultados obtidos pela pesquisa, culminando com as considerações finais em relação ao estudo.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Agricultura familiar no Brasil

A agricultura familiar representa papel importante para o desenvolvimento e crescimento do país. O setor apresenta-se em crescente expansão movimentando a economia e contribuindo diretamente para o desenvolvimento econômico, por meio da criação de empregos e diminuição do êxodo rural, a partir da geração e distribuição de renda (DAMASCENO; KHAN; LIMA, 2011).

A lei nº 11.326/2006 instituiu a definição de agricultor familiar como aquele que pratica atividades no meio rural, possua área inferior a 4 módulos fiscais, utilize mão de obra da própria família, renda familiar vinculada ao próprio estabelecimento e gerenciamento do estabelecimento ou empreendimento pela própria família. Neste contexto, também são considerados agricultores familiares: silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores (BRASIL, 2006).

Destarte, o incentivo à agricultura familiar por meio de políticas públicas, que contribuam para a segurança alimentar, assim como, pela utilização de mão de obra rural, é de fundamental importância para o desenvolvimento sustentável do setor (TEODORO *et al.*, 2005). Nesta conjuntura, a partir dos anos 90 verifica-se o aumento do interesse do Governo por esta categoria, em que políticas públicas favoráveis são criadas, com enfoque no equilíbrio das dimensões econômica, social e ambiental, visando à sustentabilidade rural (WANDERLEY, 2001).

Para Abramovay (1992), é imprescindível que a agricultura familiar esteja integrada em um ambiente favorável e tenha o apoio do estado, contribuindo para o desenvolvimento rural, através do fornecimento de alimentos de boa qualidade, que atuam diretamente para a segurança alimentar da sociedade.

Dentre os alimentos considerados de boa qualidade, destacam-se os alimentos orgânicos, ou seja, aqueles produzidos sem agrotóxicos e com pouco ou nenhum fertilizante, de modo a proteger o meio ambiente e a saúde humana.

2.2 Produção de alimentos orgânicos

A agricultura orgânica ou produto orgânico atua como um nicho de mercado contribuindo diretamente para o aumento de renda e o desenvolvimento sustentável dos agricultores familiares.

Segundo a Lei 10.831, de 23 de dezembro de 2003, considera-se produto da agricultura orgânica ou produto orgânico, seja ele *in natura* ou processado, aquele obtido em sistema orgânico de produção agropecuário ou oriundo de processo extrativista sustentável e não prejudicial ao ecossistema (BRASIL, 2003).

Neste sentido, Schneider (2009, p.44) traz que o que se percebe é a revalorização da agricultura, reconhecendo a importância em “compreender os aspectos econômicos que caracterizam a crescente dominação da agricultura pelo setor agroindustrial”, no qual o Estado deve estar presente na regulação e controle

dessas relações.

Neste contexto, a alimentação escolar vivenciou um grande salto na qualidade, em virtude de a Secretaria do Estado da Educação do Paraná priorizar e incentivar a compra de produtos orgânicos, pagando 30% a mais pelo mesmo item em relação ao produto convencional. Políticas públicas como essa estão levando os produtores a investirem na mudança da cultura convencional para a orgânica, o que representa a oportunidade de alcance de um desenvolvimento sustentável, a partir da construção de uma nova racionalidade na exploração dos recursos naturais locais (ANA, 2014).

Segundo Stobbelaar *et al.* (2007), compreender as atitudes dos adolescentes em relação a alimentos orgânicos, considerando que estes são os consumidores de amanhã, podem criar oportunidades para alcançar metas políticas destinadas a aumentar o consumo desses produtos.

2.3 Políticas públicas

Ações para o reconhecimento e promoção da agricultura familiar devem ser apreciadas como políticas públicas estratégicas, determinantes para o desenvolvimento integrado e sustentável. (SACHS, 2004).

Incentivos com visão orientada para a organização da produção, transformação e comercialização dos produtos, leva ao desenvolvimento da propriedade rural familiar de forma sustentável, pondera Nazzari (2007).

Para Damasceno, Khan e Lima (2011), incentivos do governo, através de políticas públicas que promovam o fortalecimento e o desenvolvimento sustentável da agricultura, visam a redução de desigualdades sociais e a melhoria do bem estar das famílias do meio rural, através do estímulo à produção, atuando diretamente no combate à fome e gerando emprego e renda.

Com o intuito de contribuir para o fortalecimento da agricultura familiar, no Brasil, foram criadas Políticas Públicas, como por exemplo, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), entre outros. Sendo que em 2009, por meio do PNAE, foi instituída a Lei nº. 11.947/2009 visando o fortalecimento da agricultura familiar, a qual estabelece que pelo menos 30 % dos gêneros alimentícios fornecidos nas escolas públicas sejam adquiridos da agricultura familiar, priorizando-se os alimentos orgânicos (BRASIL, 2009). Para tanto, é dispensado o processo licitatório e as compras são realizadas com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

É através do PNAE que a Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED) promove de forma segura e rentável a comercialização de 84 tipos de alimentos, os quais farão parte da merenda nas escolas estaduais de 399 municípios do Estado, alimentos estes produzidos sem agrotóxicos por agricultores familiares.

Contudo, observa-se que para participar do referido programa, é obrigatório

que os agricultores familiares, sejam organizados e constituídos em grupos formais – cooperativas ou associações, detentores de Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP Jurídica) conforme a Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e enquadrados no PRONAF.

O estímulo à formação de grupos formais também é citado por Chiarello (2006, p. 23) ao inferir que o cooperativismo passou a ser incluído “na pauta da política agrícola nacional como forma de defender a produção em pequena propriedade, estimulando a policultura e o desenvolvimento do mercado interno”.

O pequeno agricultor é beneficiado pelo cooperativismo, pois ao se organizar em um grupo maior se fortalece, adquirindo maior poder de negociação das condições de contratos e preços para insumos, e aumentando a capacidade de compartilhar recursos. Além disso, por meio das cooperativas, o agricultor garante um melhor posicionamento no mercado e o direito à terra (SOBER, 2013).

2.5 Desenvolvimento sustentável

Desenvolvimento Sustentável, na concepção de Romeiro (2012, p.65), é “ser economicamente sustentado (ou eficiente), socialmente desejável (ou incluyente) e ecologicamente prudente (ou equilibrado)”.

O Desenvolvimento Sustentável também pode ser concretizado através de políticas de compra do Estado, uma vez que para se enquadrar nos critérios das compras verdes ou compras de fomento, os produtores tem que adequar as formas de produção ou as características de produção. Tais fatores tende a influenciar o mercado por meio da vantagem comparativa, de forma que um produto ou serviço, ou ainda, um tipo de produtor ou prestador de serviço, possa ser alterado por não estar adequado aos conceitos de sustentabilidade (JESUS; SALA, 2013).

Na implementação de políticas públicas voltadas à alimentação escolar, o desenvolvimento sustentável deve estar voltada para a produção de alimentos saudáveis. Além disso, precisam garantir ao produtor renda suficiente para reprodução social justa, contribuindo para a permanência da família no campo com qualidade de vida, que propaguem os saberes locais e mantenham sua própria identidade, promovam os processos participativos e democráticos e garantam à geração atual e às futuras, o respeito consigo e com a natureza (SCHNEIDER, 2003, citado por OLALDE, 2012).

3 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório, que teve por objetivo identificar os entraves à inserção do agricultor familiar PNAE por meio do acesso ao mercado institucional em nível local. A coleta de dados se deu por meio de aplicação de um questionário com perguntas abertas junto a representantes de 6 Cooperativas de agricultores familiares, as quais são responsáveis pelo

fornecimento de produtos da merenda escolar às instituições de ensino estaduais pertencentes ao Núcleo Regional de Educação de Toledo - PR. A pesquisa realizou-se em março de 2015.

Por fim, apresentou-se uma análise qualitativa e quantitativa das informações obtidas nas entrevistas, que permitiu avaliar a efetividade das cooperativas, no desenvolvimento da agricultura familiar local, gerando emprego e renda e exercendo importante papel enquanto instrumento de sustentabilidade nas suas diferentes dimensões.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

A partir do olhar dos representantes das Cooperativas e Associações de produtores da Agricultura Familiar que participam da chamada pública para fornecimento da merenda escolar nas escolas públicas estaduais no Núcleo Regional de Educação de Toledo, buscou-se analisar a contribuição do Programa para o desenvolvimento da Agricultura Familiar Sustentável, bem como fornecer propostas para melhorar a sua efetivação.

O instrumento de pesquisa foi aplicado aos representantes das 6 Cooperativas e Associações que abastecem as escolas públicas estaduais do Núcleo Regional de Educação de Toledo, atendendo à chamada pública do PNAE, mostradas na Tabela 1. Na Figura 1 são mostrados os representantes das mesmas.

| Cooperativa/Associação | Propriedade do capital | Localização |
|--|------------------------|-------------------------|
| Associação Municipal da Agricultura Familiar e Orgânica 1º de Março (AAFO) | Nacional | São José das Palmeiras |
| Cooperativa de Agricultores Familiares de Toledo (COFATOL) | Nacional | Toledo |
| Associação Diamantense da Agricultura Familiar (ADAF) | Nacional | Diamante d'Oeste |
| Cooperativa Agrofamiliar Solidárias dos Apicultores da Costa Oeste do Paraná | Nacional | Santa Helena |
| Cooperativa Agroecológica e da Indústria Familiar (COPERFAM) | Nacional | Marechal Cândido Rondon |
| Associação de Produtores Orgânicos e Naturais de Guaíra | Nacional | Guaíra |

Fonte: Elaborado pela autora (2015)

Tabela 1 - Cooperativas que assinaram contrato com o Núcleo Regional de Educação

As informações coletadas junto aos representantes das Cooperativas e Associações permitiram caracterizar a relação dos agricultores familiares associados no fornecimento do alimento para a merenda escolar, por meio do PNAE, diagnosticando os fatores que estimulam, desmotivam ou criam entraves à sua participação no Programa.

O início da participação das cooperativas no PNAE está diretamente relacionado à vigência da Lei nº 11.947/2009, uma vez que esta determina que

30% dos gêneros alimentícios fornecidos nas escolas públicas advenham da agricultura familiar, priorizando-se os alimentos orgânicos.

No dia 20 de março de 2015, compareceram no Núcleo Regional de Educação de Toledo-NRE, os presidentes e representantes das Associações e Cooperativas de Agricultores Familiares para assinarem mais de dois milhões de reais em contratos para o fornecimento de gêneros alimentícios para atendimento ao Programa Estadual de Alimentação Escolar. Estiveram presente, no ato, o chefe do NRE, , Diretores de Escolas e autoridades políticas municipais e estaduais.



Fonte: NRE Toledo (2015)

Figura 1 – Representantes das seis Cooperativas e do NRE-Toledo (2015).

Sobre o processo de organização dos cooperados para entrada no PNAE, os representantes das AAFO, da ADAF e da APONG afirmaram que, por já ofertarem produtos para a merenda escolar nos municípios por meio do Programa Nacional de Alimentos (PAA), sentiram facilidade em participar da chamada pública para o PNAE. Para o representante da COOFAMEL o processo foi tranquilo, enquanto que para o presidente da COFATOL, o processo foi complexo devido à burocracia e exigências para participação. O representante da COPERFAM observou que no início foi difícil, mas que tiveram auxílio de um técnico da Itaipu para o desenvolvimento do projeto para participação da chamada pública.

Assim, verificou-se que não há relação entre a facilidade ou dificuldade das cooperativas em participarem da chamada pública e o percentual de participação no volume total de vendas ao Programa. Observou-se que as cooperativas que indicaram ter tido facilidade com o processo da chamada pública, não possuem, em termos percentuais, a maior participação de seus associados no PNAE. Isso sugere que sejam analisadas outras especificidades de cada localidade, como a demanda e oferta de produtos da agricultura familiar para a merenda escolar, para entender as razões da pouca participação dos associados no Programa, apesar da facilidade.

Em relação à média de quanto representa na produção de cada agricultor o

que é fornecido para o PNAE, os representantes calculam que seja em torno de 71% a 90%, somente o representante da Associação Diamantense da Agricultura Familiar (ADAF), afirmou que representa acima de 90% da produção daqueles associados, enquanto que o representante da Cooperativa Agroecológica e Indústria Familiar (COPERFAM), indicou que representa entre 31% a 50% da produção dos associados.

Em relação às dificuldades enfrentadas pelas Cooperativas no desenvolvimento de ações educacionais, foi apontada a falta de envolvimento de alguns associados. Em contrapartida, foram citadas ações de apoio junto ao Sebrae, Itaipu e outras instituições técnicas.

É oferecida aos cooperados, também, assistência técnica, por vezes mais de 6 ao ano, por meio de funcionários do Sebrae, Itaipu e Ministério da Agricultura. Nestes eventos os agricultores recebem orientações em relação à oferta de alimentos para os programas da merenda escolar, produção ecológica, organização da logística, dentre outras.

Os alimentos da merenda escolar são ofertados pelas Cooperativas semanalmente, que seguem os padrões de qualidade estabelecidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), pela própria Cooperativa e estabelecida pela gestão da merenda escolar.

Quanto ao preço praticado pelo PNAE, todos os representantes das cooperativas compartilham o mesmo pensamento, de que o valor está abaixo do que seria considerado justo pelos agricultores familiares, mesmo dos produtos orgânicos que recebem valor superior a 30% do que é pago ao mesmo produto produzido de forma tradicional, pois em outros mercados o orgânico tem seu preço de venda superior ao pago pelo Estado. Essa situação desmotiva a participação dos agricultores no Programa. Perguntados se a quantidade de produtos produzidos pelos cooperados é o suficiente para atender a demanda do programa no Núcleo Regional de Educação ao qual pertence, todos disseram que sim, com exceção do município de Toledo, que diz que não consegue atender alguns itens, como por exemplo, embutidos, sucos e polpas de frutas.

Nas situações em que eventualmente a produção dos cooperados não é o suficiente para atender a demanda do PNAE, o alimento não é buscado junto a outros agricultores, pois se exige que sejam todos sócios, agricultores familiares, participem das reuniões e apresentem qualidades dos produtos ofertados. Neste caso, a cooperativa não contempla a chamada pública.

Em relação à produção de orgânicos, o município de São José das Palmeiras e Santa Helena não dispõem de produtores certificados. Já os representantes das cooperativas de Toledo, Diamante do Oeste e Guaíra informaram que contam com respectivamente, 4, 1 e 2 produtores orgânicos certificados. Segundo o representante da Cooperativa de Marechal Candido Rondon, é menos de 10% o número de produtores associados que produzem alimentos orgânicos, mas que nenhum fornece tais produtos ao PNAE.

Questionados sobre o que seria necessário para estimular mais a produção

e fornecimento de alimentos orgânicos ao PNAE (além do incentivo de 30% pago a mais pelo produto em relação ao mesmo item produzido através do sistema convencional), foram apontadas:

- a) a necessidade de equiparar o preço do alimento orgânico pago pela SEED com o que é pago por outros clientes, visto que mesmo com o produto tendo valor acrescido de 30% no preço – tabelado pelo Estado para o produto tradicional, este continua inferior ao preço comercializado no mercado;
- b) subsidiar os custos com a certificação, que é alto devido à diversidade de produtos;
- c) prover meios de o preço de venda da produção absorver o custo com a mão de obra, o qual segundo os agricultores tende a ser superior devido ao processo de produção, já que a utilização dos compostos orgânicos necessitam serem compostados e distribuídos nas áreas de cultivo;
- d) reduzir a burocracia e as exigências para obter a certificação, assim como, possibilitar a uma mesma Cooperativa fornecer produtos orgânicos e não orgânicos em uma mesma chamada pública.

Todos consideram positiva a atuação do programa como mecanismo de garantia de venda onde o mercado local não absorve a produção de itens da agricultura familiar, contribuindo, desta forma, para a manutenção do pequeno produtor no campo. Como aspectos negativos, os representantes dos associados apontam o excesso de burocracia e o preço pago, o qual é abaixo do mercado tradicional.

Todos consideram positiva a atuação do programa como mecanismo de garantia de venda onde o mercado local não absorve a produção de itens da agricultura familiar, contribuindo, desta forma, para a manutenção do pequeno produtor no campo. Como aspectos negativos, os representantes dos associados apontam o excesso de burocracia e o preço pago, o qual é abaixo do mercado tradicional.

5 CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada junto aos representantes das cooperativas e associações trouxe para o centro da discussão a real necessidade de se estabelecer um preço de compra justo, que seja próximo ao praticado por outros potenciais mercados compradores da produção da agricultura familiar. Praticar a regionalização do preço pode ser um mecanismo eficiente para resolver esse impasse.

Além do preço de compra ser considerado aquém do que é reivindicado pelos agricultores familiares, tem-se o excesso de burocracia como outro fator de desmotivação ao acesso e permanência no Programa de Alimentação Escolar.

A burocracia a que se referem os representantes inicia no processo de formação das associações e cooperativas, na qual devem ser observadas todas as

documentações e exigências para a participação dos cooperados no Programa de fornecimento dos produtos para a merenda escolar.

Porém, é na decisão de transição do sistema de produção tradicional de alimentos para o sistema orgânico que se encontram as maiores exigências e burocracias apontadas pelos agricultores, decorrentes de fatores como: a burocracia regulatória devido à exigência de certificação para comprovar que o cultivo de orgânicos respeita as normas de produção, a legislação trabalhista e ambiental, sendo que para obter a certificação, faz-se necessário submeter a área de produção a um período de conversão, que pode durar anos.

Diante do exposto, ressalta-se a necessidade de uma política pública mais atenta às limitações encontradas pelo agricultor familiar na transição do modo de produção tradicional para o sistema orgânico, visto que esta mudança traz à sociedade benefícios imensuráveis, tanto nos aspectos ambientais, sociais e econômicos, quanto para a saúde pública, se considerada a não utilização dos agrotóxicos.

O estudo evidenciou a necessidade de garantir ao agricultor um preço compatível com o valor dos produtos comercializados em sua localidade. Para tanto, a regionalização de preços pode ser uma alternativa para melhorar sua renda e assim motivar sua participação no programa, tanto pela produção tradicional de alimentos, quanto pela produção orgânica.

A partir dos apontamentos dos representantes das cooperativas e associações participantes do programa, conclui-se que a inserção do agricultor familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é fundamental para o fortalecimento da Agricultura Familiar local, pois nela estes agricultores vislumbram uma segurança na venda dos seus produtos e garantia de renda que faculte sua permanência no campo.

Desta forma, para o Fortalecimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar apresentam-se na Tabela 2 as proposições de acordo com os resultados obtidos com o estudo.

A pesquisa realizada junto aos representantes das cooperativas e associações trouxe para o centro da discussão a real necessidade de se estabelecer um preço de compra justo, que seja próximo ao praticado por outros potenciais mercados compradores da produção da agricultura familiar. Praticar a regionalização do preço pode ser um mecanismo eficiente para resolver esse impasse.

Além do preço de compra ser considerado aquém do que é reivindicado pelos agricultores familiares, tem-se o excesso de burocracia como outro fator de desmotivação ao acesso e permanência no Programa de Alimentação Escolar.

A burocracia a que se referem os representantes inicia no processo de formação das associações e cooperativas, na qual devem ser observadas todas as documentações e exigências para a participação dos cooperados no Programa de fornecimento dos produtos para a merenda escolar.

Porém, é na decisão de transição do sistema de produção tradicional de alimentos para o sistema orgânico, que se encontram as maiores exigências e

burocracias apontadas pelos agricultores, decorrentes de fatores como: a burocracia regulatória devido à exigência de certificação para comprovar que o cultivo de orgânicos respeita as normas de produção, a legislação trabalhista e ambiental, sendo que para obter a certificação, faz-se necessário submeter a área de produção a um período de conversão, que pode durar anos.

Diante do exposto, ressalta-se a necessidade de uma política pública mais atenta às limitações encontradas pelo agricultor familiar na transição do modo de produção tradicional para o sistema orgânico, visto que esta mudança traz à sociedade benefícios imensuráveis, tanto nos aspectos ambientais, sociais e econômicos, quanto para a saúde pública, se considerada a não utilização dos agrotóxicos.

O estudo evidenciou a necessidade de garantir ao agricultor um preço compatível com o valor dos produtos comercializados em sua localidade. Para tanto, a regionalização de preços pode ser uma alternativa para melhorar sua renda e assim motivar sua participação no programa, tanto pela produção tradicional de alimentos, quanto pela produção orgânica.

A partir dos apontamentos dos representantes das cooperativas e associações participantes do programa, conclui-se que a inserção do agricultor familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é fundamental para o fortalecimento da Agricultura Familiar local, pois nela estes agricultores vislumbram uma segurança na venda dos seus produtos e garantia de renda que faculte sua permanência no campo.

Desta forma, para o Fortalecimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar apresenta-se:

| Objetivo | Resultado | Proposição |
|--|---|--|
| Garantir a Segurança Alimentar e Nutricional dos alunos da Educação Básica e a Educação de Jovens e Adultos de Escolas Públicas e filatropias. | O PNAE se estabelece como uma política voltada ao crescimento econômico sustentável, considerado o compromisso com o meio ambiente, com a saúde pública, e com a equidade social. | A escola promova ações que forneçam informação aos alunos em relação ao preparo da merenda escolar e ao desenvolvimento sustentável. |
| Promover o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar local. | O desenvolvimento local é promovido, através da aquisição de alimentos escolares, considerando-se a localização e a regionalização da produção. Elevação de renda de agricultores familiares, por meio da garantia de compra da produção, conforme estabelecido em contrato. Diminuição do êxodo rural. | A escola desenvolva projetos que divulguem a importância dos produtos orgânicos para a saúde, o meio ambiente e a sociedade. Melhorar os preços dos alimentos ofertados, a partir da regionalização do preço, a fim de tornar o valor mais competitivo. |

| | | |
|---|---|---|
| Priorizar e incentivar a produção de alimentos orgânicos. | Redução dos custos com impactos ambientais e com a saúde pública, a partir do uso sustentável dos recursos naturais. Incentiva a produção agrícola de transição agroecológica, uma vez que prioriza e incentiva a produção de orgânicos. | Promover um estudo acerca das especificidades de cada localidade, acerca da demanda e oferta de produtos da agricultura familiar para a merenda escolar, a fim de aumentar a participação dos agricultores familiares ao Programa. Desenvolver melhorias que facilitem e motivem a certificação do produto orgânico na agricultura familiar. Favorecer a logística de entrega dos produtos, a partir da organização de um centro de distribuição e/ou da oferta do transporte de entrega. |
|---|---|---|

Fonte: Resultados da pesquisa (2015)

Tabela 2 – Síntese dos Fatores Relevantes para o Fortalecimento do PNAE

Conclui-se que, para o acesso e continuidade dos agricultores no PNAE, todas as questões que norteiam ou impactam a negociação entre Governo e o agricultor apontadas neste estudo, devem ser discutidas e reavaliadas, buscando medidas que possibilitem progredir para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar local.

O fato de a pesquisa ser limitada à realidade de uma determinada região, não permite que se façam generalizações. Destarte, como sugestão para estudos futuros, propõe-se a discussão sobre os impasses à adoção dessa política em outras localidades, visando comparar os achados com os resultados deste estudo.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec/Unicamp, 1992, p. 275.

BRASIL. **Lei Nº 10.831, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2003**. Publicado no Diário Oficial da União de 24/12/2003, Seção 1, Página 8.

BRASIL. **Lei Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006**. Publicado no Diário Oficial da União de 25/07/2006, Seção 1, Página 1.

BRASIL. **Lei Nº 11.947, DE 16 DE JUNHO DE 2009**. Publicado no Diário Oficial da União de 17/06/2009, Seção 1, Página 2.

CHIARELLO, C. L. Análise da gestão de cooperativas rurais tradicionais e populares: estudo de casos na Cocamar e Copavi. São Carlos, 2006. Dissertação apresentada

como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Engenharia de Produção. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção Universidade Federal de São Carlos.

DAMASCENO, N. P.; KHAN, A. S.; LIMA, P. V. P. S. O impacto do Pronaf sobre a Sustentabilidade da Agricultura Familiar, Geração de Emprego e Renda no Estado do Ceará. **RESR**, Piracicaba/SP, v. 49, n. 1, p. 129-156, Jan/Mar 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032011000100006&script=sci_arttext. Acesso em 11 out. 2014.

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura.. **United nations launches year-long celebration of vital role of cooperatives in sustainable development**. Publicado em 31/10/2011. Disponível em: <http://www.un.org/press/en/2011/dev2919.doc.htm>. Acesso em: 10 out. 2014.

FAO. The State of Food Insecurity in the World 2012. **Economic growth is necessary but not sufficient to accelerate reduction of hunger and malnutrition**. Rome, FAO. 2012. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/016/i3027e/i3027e.pdf>. Acesso em: 15 out. 2014.

JESUS, D. F. B.; SALA, J. B.. Poder de compra do Estado e as compras sociais: uma análise das suas relações com o desenvolvimento sustentável e com o desenvolvimento local. II **CONINTER – Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades**. Belo Horizonte, de 8 a 11 de outubro de 2013. Disponível em: <http://www.2coninter.com.br/artigos/pdf/89.pdf>. Acesso em: 15 out. 2014.

MIRTVI, P. R.. **A agricultura familiar em busca de um desenvolvimento sustentável, no município de Londrina/PR**. Março de 2006. Disponível em: http://www.emater.pr.gov.br/arquivos/File/Biblioteca_Virtual/Premio_Extensao_Rural/2_Premio_ER/01_Agric_Fam_des_sust.pdf. Acesso em 13 nov. 2014.

MORGAN, K.; SONNINO, R.. Repensando a alimentação escolar: o poder do prato público. In: WORLDWATCH INSTITUTE. **Estado do mundo: transformando culturas - do consumismo à sustentabilidade**. Bahia: UMA, 2010. p.72-78. Disponível em: <http://www.akatu.org.br/Content/Akatu/Arquivos/file/Publicacoes/100629Estado doMundo2010.pdf>. Acesso em 20 out. 2014.

NRE - NUCLEO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE TOLEDO. **Assinados mais de dois milhões em contratos para merenda escolar**. Disponível em: <http://www.nre.seed.pr.gov.br/toledo/modules/noticias/article.php?storyid=1623>. Acesso em: 19 out. 2014.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Estudo da ONU avalia impacto de programas sociais na agricultura familiar**. ONUBR, Nações Unidas no Brasil. Web

site. Disponível em: <http://www.onu.org.br/estudo-da-onu-avalia-impacto-de-programas-sociais-na-agricultura-familiar/>. Acesso em 09/03/2014.

ROMEIRO, A.R. **Desenvolvimento Sustentável**: uma perspectiva econômico-ecológica. Estudos Avançados, v. 26 (74), p. 65-92. 2012.

RUDIO, F. V.. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 31 ed. Petrópolis, SP: Vozes, 2003.

SACHS, I. **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SAGE, C. "Social embeddedness and relations of regard: Alternative 'good food' networks in south-west England", **Journal of Rural Studies**, v. 19, p. 47-60, 2003.

SCHNEIDER, S.. Território, Ruralidade e Desenvolvimento. In. Velásquez Lozano, Fabio; Medina, Juan Guillermo Ferro (Editores). (Org.). **Las configuraciones de los territorios rurales em el siglo XXI**. 1 ed. Bogotá/Colombia: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2009, 2009, v.1, p. 67-108. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/726.pdf>. Acesso em: 13 out. 2014.

SEED - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ. **Merenda escolar terá 85% mais alimentos da agricultura familiar**. 28/01/2013. Disponível em: <http://www.educacao.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=4141>. Acesso em: 19. Out. 2014.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL – SOBER. Considerações sobre a Segurança Alimentar e o Desenvolvimento Rural no Brasil. **51º Congresso da SOBER**. Novas Fronteiras da Agropecuária no Brasil e na Amazônia: desafios da sustentabilidade. Belém/PR, 21 a 24/07/2013. Disponível em: http://www.academia.edu/4108248/CONSIDERA%C3%87%C3%95ES_SOBRE_A_SEGURAN%C3%87A_ALIMENTAR_E_O_DESENVOLVIMENTO_RURAL_NO_BRASIL. Acesso em: 19 out. 2014.

STOBBELAAR, D. J.; CASIMIR, G.; BORGHUIS, J.; MARKS, L.; MEIJER, L; ZEBEDA, S. Adolescents attitudes towards organic food: a survey of 15 to 16 year old school children. **International Journal of Consumer Studies**. 31(4), 349-356, 2007.

TEODORO, P. A. V. B.; NAZZARI, R. K.; BERTOLINI, G. R. F.; MIYAZAKI, J.; GAFFURI, J.; SCHMIDT, R. M. **Agricultura familiar**: uma alternativa para o desenvolvimento sustentável. Resultado do projeto: Gestão das Unidades Artesanais do Edital CNPq 022 2004 do Ministério da Ciência e Tecnologia. Apresentado no 2º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais no Brasil. 13 a 15 de outubro de 2005.

Unioeste – Campus de Cascavel. Disponível em: <http://cac.php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario2/trabalhos/economia/meco05.pdf>. Acesso em: 19 out. 2014.

WANDERLEY, N.. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: Tedesco (Org). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. Passo Fundo/RS: UPF, 2001, 405 p.

ABSTRACT: Brazil has developed national policies geared to the pursuit of growth and qualification of family farming, among them, the National School Feeding Programme (PNAE), which still faces several challenges. In this context, this paper aimed to analyze the barriers to entering the family farmer in PNAE, through access to the institutional market locally. This is an exploratory research, together with representatives of six cooperatives of farmers, responsible for providing school meals products to state educational institutions belonging to the Toledo Education Regional Center. a qualitative and quantitative analysis, which allowed to evaluate the effectiveness of cooperatives in the development of local family farms is presented. The study highlighted the need to ensure the farmer regionalization prices in PNAE to motivate their participation in the program, both for traditional food production, as the organic production. In general, it appears to be indispensable the continuity and expansion of the PNAE, however, it is necessary that the questions that guide the negotiations between Government and farmers are discussed and reevaluated, seeking measures to enable progress to the sustainable development of agriculture local family.

KEYWORDS: PNAE, family agriculture, sustainable development.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-93243-41-7



9 788593 243417